

# A PROTEÇÃO DA PERSONALIDADE E DA PRIVACIDADE NA INTERNET

## PROTECTING PERSONALITY AND PRIVACY ON THE INTERNET

Mario Furlaneto Neto<sup>1</sup>  
Lucas Daniel Ferreira de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** A Internet se tornou indispensável às relações humanas, mas apesar da sua existência somente no plano abstrato, seus efeitos são tangíveis nas relações jurídicas. Entende-se que o ambiente virtual criou uma nova dimensão de direito, o direito à tecnologia, dotado de características e particularidades próprias, em que seus usuários podem usufruir da rede mundial de computadores de forma democrática. A metodologia desenvolvida ao longo deste estudo foi pautada pelo método dialético, com base numa revisão bibliográfica criteriosa de livros, artigos, dissertações e revistas, tendo como pontapé inicial a formulação da problemática, a procura de fontes de pesquisa, a análise do material selecionado e a acareação do tema com outras ciências do conhecimento. Em linhas gerais, a liberdade no ambiente virtual é agregada por limites que visam a organização e a regulamentação desta ferramenta, disposta a coibir e punir a prática de atos criminosos em prol da paz social e da segurança jurídica.

**Palavras-chave:** Ciberespaço; Direito Virtual; Conflito Principlológico; Ética.

**Abstract:** The Internet has become indispensable to human relationships, but despite its existence only on an abstract level, its effects are tangible in legal relationships. It is understood that the virtual environment created a new dimension of law, the right to technology, endowed with its own characteristics and particularities, in which its users can enjoy the global computer network in a democratic way. The methodology developed throughout this study was guided by the dialectical method, based on a careful bibliographical review of books, articles, dissertations and magazines, starting with the formulation of the problem, the search for research sources, the analysis of the selected material and the comparison of the topic with other knowledge sciences. In general terms, freedom in the virtual environment is aggregated by limits aimed at the organization and regulation of this tool, willing to restrain and punish the practice of criminal acts in favor of social peace and legal security.

**Keywords:** Cyberspace; Virtual Law; Principle Conflict; Ethic.

### 1. Introdução

Desde os primórdios da sociedade, o homem sente a necessidade de interagir com outros seres humanos e, para que o fizesse de maneira bem sucedida, desenvolveu aptidões e técnicas

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Possui mestrado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e graduação em Direito pelo UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília. Atualmente é Delegado de Polícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo e professor da Academia da Polícia Civil do Estado de São Paulo. E-mail: furlanetoacd@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo UNIVEM - Centro Universitário Eurípides de Marília. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela FDDJ - Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Bacharel em Direito pelo UNIVEM-Centro Universitário Eurípides de Marília. Advogado. E-mail: lucasdanielfs@hotmail.com

que evoluíram através dos tempos, entre as quais se destaca a criação de mídias, ou seja, de suportes ou veículos de mensagens.

Podem ser destacados como exemplos de mídias: o impresso, o rádio, a televisão, o cinema e a Internet. Com o passar dos anos, as mídias foram evoluindo e, conseqüentemente, foram aperfeiçoados os modos pelos quais as pessoas se relacionam.

Atualmente, a mídia em destaque é a Internet, que possui diversas particularidades que merecem destaque por influenciarem no modo como se estabelecem as relações que se dão entre seus usuários.

Na Internet, uma particularidade em especial deve ser destacada: há uma relação “todos-todos” (LÉVY, 2005, p. 113), pois ao contrário do que ocorre com os meios de comunicação tradicionais, o leitor de uma informação também é autor de outra e tais informações comunicam-se e estão atreladas a uma grande rede mundial.

Desta forma, as informações da rede mostram acesso a outra maneira de visualização e compreensão, porque o leitor encontra-se em uma posição mais ativa: pode, além de obter informações, promover uma interação de conteúdos, divulgar seus conhecimentos e debater ideias (LÉVY, 2005, p. 41-43).

Deste ponto se evidencia uma das principais características da Internet, que é a da democratização do ambiente virtual. Em nenhum outro momento da história houve um espaço tão propício ao exercício da democracia e da participação.

Um espaço tão propício ao exercício da democracia não poderia ficar isento às violações decorrentes do abuso do direito à liberdade. No entanto, a liberdade irrestrita não é democrática, posto que seu exercício viola outros princípios decorrentes da própria democracia.

## **2. Liberdade, privacidade e personalidade na internet**

Partindo do pressuposto que a Internet, como toda tecnologia que surge na sociedade, produz reflexos no ordenamento jurídico-social, uma consequência lógica de tal fato é o estabelecimento de novos conflitos de interesse neste, visto que, ao contrário do defendido pelos extremistas libertários, a Internet não é uma dimensão alheia à sociedade. Desde o surgimento da Internet, há uma preocupação latente relacionada à proteção da privacidade e da personalidade. O conflito liberdade versus privacidade e personalidade é um dos mais evidentes aos que utilizam a Internet e se dá, basicamente, por causa da defesa do exercício à liberdade de modo irrestrito ou por excesso na busca de proteção à privacidade e à personalidade.

## 2.1 As dimensões da liberdade na internet

Na seara do Direito Constitucional, quando se fala em liberdade, esta pode ser vista sob dois aspectos essenciais: liberdade de pensamento e liberdade de expressão. Silva (2006, p. 241) aponta que a liberdade de pensamento é considerada pela doutrina como a liberdade primária, posto que é ponto de partida de todas as outras, e deve ser entendida como a liberdade da pessoa de adotar determinada atitude intelectual ou não. No tocante à liberdade de expressão, que deve ser vista como o direito assegurado àquele que pensa de manifestar sua opinião, destaca-se:

A liberdade de expressão garantida pelo texto constitucional, quando aos instrumentos pelos quais pode ser veiculada, é a mais amplapossível. Assim, todo e qualquer instrumento, seja oral, escrito, mímico, por meio de desenhos, pinturas, fotografias está abrangido no dispositivo (MOTTA; BARCHETT, 2007, p. 177).

Para Silva (2006, p. 243), a liberdade de expressão pode ser vista sob diversos enfoques, como o da liberdade de comunicação ou de informação, que consiste “num conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação”.

Não obstante, mais que Direitos Fundamentais assegurados pela Constituição Federal de qualquer país democrático, a liberdade de pensamento, a liberdade de expressão e a liberdade de comunicação constituem Direitos Humanos dotados de caráter eterno e imutável.

Nos termos do artigo XIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”(ORGANIZAÇÃO, 2009).

Ainda, estabelece o artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios” (ORGANIZAÇÃO, 2009).

Em pleno século XXI, a sociedade se depara com o ciberespaço: uma nova dimensão da informação; um espaço dotado de características particulares que propiciam, acima de tudo, um acesso democrático à informação, tanto no aspecto de sua obtenção quanto sob o aspecto de divulgação de informações.

Surge, então, a necessidade de buscar mais informações e interação com a sociedade, bem como a tendência de que os usuários procurem o exercício das liberdades proporcionadas

pela rede de modo cada vez mais intenso, o que acaba por levar ao conflito com outros direitos e garantias, ao ponto que se passa a questionar: se a Internet é um território livre e democrático, existem limites para esta liberdade?

Uma primeira corrente, formada principalmente pelos usuários mais libertários da Internet, defende uma liberdade irrestrita, alheia a qualquer intervenção estatal. Esta posição surgiu devido ao individualismo exagerado na Internet, fundamentado na crença de que nela se encontrava um novo domínio onde era permitido qualquer tipo de expressão e onde a liberdade era irrestrita (POZZOLI, 2009).

Para os que sustentam tal posição e que defendem insistentemente a chamada liberdade virtual, o direito específico e regulador das questões da criminalidade na rede será sempre encarado como uma “camisa de força” imposta pelos poderes estatais; afinal, segundo os mesmos, o ciberespaço deveria ser regido com base em um sistema que ultrapassa o liberalismo *latu sensu* e beira o anarquismo, onde toda a forma de interferência dos poderes constituídos revelar-se-ia no mínimo inaceitável e, por isso mesmo, ilegítima (DAOUN; BLUM, 2000, p. 118).

Por outro lado, a segunda corrente parte do pressuposto de que “toda liberdade, por mais ampla que seja, encontra limites, que servem para garantir o desenvolvimento ordenado da sociedade e dos direitos fundamentais de qualquer sujeito, e este princípio se aplica também ao direito à liberdade de informação” (PAESANI, 2006, p. 24).

Finalmente, há a posição de que, face às consequências decorrentes das relações na rede, é preciso um rigoroso controle estatal em prol da segurança jurídica.

O fato é que, na Internet, quando a liberdade se apresenta sob a dimensão da liberdade de pensamento, de expressão ou de informação, naturalmente entra em conflito com outros princípios fundamentais, como a privacidade, a intimidade e a personalidade, e tais conflitos precisam de solução.

## **2.2 Da proteção à privacidade e à personalidade na internet**

Se, por um lado, com a evolução dos meios de comunicação ampliou-se a discussão em relação ao tema; por outro, desde os primórdios da sociedade é defendida a existência de uma esfera mínima de proteção ao indivíduo sob estes aspectos.

Na seara do Direito Constitucional brasileiro, destaca-se o artigo 5º, X da Constituição Federal, pelo qual “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 2009, p. 24).

Para Motta e Barchet (2007, p. 179-180),

[...] o direito à intimidade representa relevante manifestação dos direitos da personalidade e qualifica-se como expressiva prerrogativa de ordem jurídica que consiste em reconhecer, em favor da pessoa, a existência de um espaço indevassável destinado a protegê-la contra indevidas interferências de terceiros na esfera de sua vida privada. [...]A intimidade refere-se à esfera mais secreta da vida de cada um, ao passo que a vida privada nada mais é do que uma forma de externalização desta esfera secreta.

Quanto à intimidade, há um conceito muito próximo ao da privacidade propriamente dita, devendo ser entendido como uma esfera mais estrita que a desta. Ela abrange, por exemplo, o sigilo da correspondência no sentido de preservação de segredos pessoais apenas aos correspondentes (SILVA, 2006, p. 207).

Quanto à honra e à imagem das pessoas, explicam Motta e Barchet (2007, p. 180) que o direito à honra refere-se

[...] ao juízo positivo que a pessoa tem de si (honra subjetiva) e ao juízo positivo que dela fazem os outros (honra objetiva), conferindo-lhe respeitabilidade no meio social. O direito à imagem também possui duas conotações, podendo ser entendido em sentido objetivo, com relação à reprodução gráfica da pessoa, por meio de fotografias, filmagens, desenhos, ou em sentido subjetivo, significando o conjunto de qualidades cultivadas pela pessoa e reconhecidas como suas pelo grupo social.

Neste sentido, Silva (2006, p. 209) destaca que tais direitos constituem, ao lado do nome e da identidade pessoal, objetos do direito da personalidade.

Do mesmo modo como o direito à liberdade, o direito à privacidade (privacidade em sentido estrito, intimidade e vida privada) e o direito à personalidade (honra e imagem) são garantidos ao homem não só como Direitos Fundamentais, mas também como Direitos Humanos e, como tais, são dotados de caráter eterno e imutável.

Pelo artigo XII da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques” (ORGANIZAÇÃO, 2009).

Nos termos do artigo XXIX da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é assegurado a todo ser humano, no exercício da vida em comunidade, o “livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade” (ORGANIZAÇÃO, 2009).

Santos (2003, p. 95) destaca que o direito à privacidade sofreu mutações com a evolução tecnológica, que tornou possível a qualquer pessoa disponibilizar imagens particulares, com transmissões em tempo real de computadores particulares, sem poder alegar ataque à sua intimidade ou indisponibilidade das imagens divulgadas.

Evidencia-se a necessidade de estudar quais são as limitações devidas quando se fala em exercício da liberdade em face da proteção à privacidade e à personalidade, posto que

nenhum direito pode ser exercido arbitrariamente e de maneira desordenada, sob pena de violação aos princípios que sustentam um Estado Democrático de Direito.

### **3. Aspectos gerais do conceito de ética**

Se, por um lado, é possível constatar que as bruscas transformações sofridas pela sociedade através dos tempos provocaram uma variação no conceito de ética; por outro, não se nega que as questões que envolvem o agir ético sempre estiveram presentes no pensamento filosófico e social, influenciando a sociedade e as transformações pelas quais ela passa, entre as quais pode ser citada a emergência do ciberespaço e a evolução dos meios de comunicação.

No início do pensamento filosófico não prevalecia real distinção entre Direito e Moral, motivo pelo qual as discussões sobre o agir ético envolviam essencialmente as noções de virtude e de justiça, constituindo esta uma das dimensões da virtude.

Aristóteles, filósofo grego, muito discutiu sobre a questão da ética, especialmente na obra “Ética a Nicômaco”.

Aristóteles (2006, p. 29) defendia que é feliz quem vive e age bem, ou seja, quem vive e age conforme a virtude. Para Aristóteles (2006, p. 39-40), as virtudes podem ser intelectuais, como a sabedoria filosófica, a compreensão e a sabedoria prática, ou morais, como a liberalidade, a magnificência, a coragem, a temperança, a calma, a amizade e a esportividade; sendo que a virtude intelectual requer experiência e tempo, por ser fruto do ensino, enquanto que a virtude moral é adquirida pelo hábito.

Em seu pensamento, Aristóteles (2006, p. 37-38) concluiu que a felicidade humana, bem como a virtude humana, são atividades da alma, que é dotada de um elemento racional e de um elemento irracional, sendo este constituído pelos apetites humanos, embora o primeiro sempre prevaleça.

Evidencia-se o livre arbítrio e a crença na liberdade de escolha do homem, que deverá ser capaz de tomar as melhores decisões, independentemente de impulsos.

Finalmente, destaca-se que o conceito de justiça em Aristóteles envolvia, basicamente, a idéia de justiça como virtude. Para Aristóteles (2006, p. 103), a justiça é uma disposição de caráter que leva as pessoas a agirem de modo justo.

Não obstante, Aristóteles (2006, p. 109-111) destacou as dimensões da justiça: comutativa, distributiva e social. Destas dimensões surgiu a ideia de justiça participativa, defendida por autores como Pozzoli (2006, p. 98), por meio da qual se busca o despertar da consciência das pessoas para uma atitude de agir, de falar, de atuar, de entrar na vida da

comunidade em que se vive ou trabalha.

No auge da civilização romana, é possível destacar o pensamento filosófico de Cícero, que exterioriza os moldes nos quais as questões éticas no espaço público e no espaço privado se estabeleceram. Reale (2002, p. 631) destaca que a discussão sobre a diferença entre o Direito e a Moral começou a ser esboçada no Direito Romano.

Na obra “Da República”, Cícero, ao descrever as qualidades que um homem político deve possuir e as características do governo ideal, delimita o conceito de agir virtuoso, que não se afasta do estabelecido no pensamento grego.

Explica Cícero (1995, p. 68) que o governante deve inspirar ao povo amor, calma, esperança, fé e justiça. Constata-se, portanto, que Cícero também acreditava na existência de um modo de agir ético, que seria conforme a virtude.

Entende Cícero (1995, p. 127) que o homem dotado de virtude não cede aos prazeres voluptuosos e não é servo de suas paixões, pois é dotado de razão e sabe agir da maneira correta. Nota-se que o autocontrole pregado por Aristóteles se repete no pensamento de Cícero.

Destaca-se que o conceito de Moral estabelecido por Cícero é o mesmo no espaço público e no espaço privado. O ser humano dotado verdadeiramente de virtude deve comandar o governo e esta virtude é a mesma em qualquer espaço que atue.

Em Cícero (1995, p. 95), o ponto mais relevante discutido em relação ao tema justiça é o da distinção entre o lícito moral e o lícito jurídico, ou seja, o da defesa da existência de uma lei eterna que prevalece sobre as leis impostas pelo homem.

Com o fim da Idade Média, veio o Renascimento, período que ficou caracterizado pelo fortalecimento do absolutismo, pelo crescimento da burguesia e pelo enfraquecimento da Igreja, bem como pelo foco de abordagem racionalista, individualista, pagão e antropocêntrico. A partir deste momento, passou a existir de fato o início do debate quanto à distinção entre a Moral e o Direito (REALE, 2002, p. 637).

A obra de Maquiavel, “O Príncipe”, demonstra claramente esta bifurcação do conceito de ética, a partir do momento no qual há uma distinção entre o modo de agir no espaço público e no espaço privado. Um dos principais pontos da ética de Maquiavel (2007, p. 22) é o da falta de crença na ideia de *sumo bem*, ou seja, de um bem sem restrições, bem como na de existência de um mal absoluto.

Sob a ética de Maquiavel (2007, p. 64) é válido ao príncipe, em prol do poder, conquistar pela força e pela fraude, fazer-se amado e temido pelo povo, destruir os que podem e querem ofendê-lo e ainda renovar antigas leis. Por outro lado, Maquiavel (2007, p. 67) ressalta que “não se pode, contudo, achar meritório o assassinio dos seus compatriotas, a traição dos amigos, a

conduta sem fé, piedade e religião; são métodos que podem conduzir ao poder, mas não à glória”.

É dentro desta ética que é possível visualizar a máxima para a justiça de Maquiavel: o justo é o que o soberano impõe.

No estudo de Cícero, foi possível constatar que o conceito de homem ético é guiado pelo conceito de homem político ideal, o que também ocorre em Maquiavel. Entretanto, os homens políticos da visão dos pensadores diferenciam-se principalmente quanto ao aspecto moral. Por outro lado, é possível constatar que, mesmo na fase Renascentista, os limites estabelecidos na conceituação da ética e da virtude existem, embora considerados dentro de um contexto no qual a busca pelo poder prevalecia.

No século XVII ocorreu a Revolução Científica, fase na qual mudou significativamente a estrutura do pensamento, ante a prevalência do Racionalismo.

Desde então, foram lançadas bases para uma nova cultura, com destaque para a natureza e a razão humanas (PADILHA; SOARES, 2008, p. 5372).

Durante o Iluminismo, sobrevieram diversas publicações relevantes do ponto de vista filosófico no tocante à discussão dos conceitos de ética e de justiça, destacando-se o pensamento de Kant, especialmente na obra “Crítica da Razão Prática”.

Kant (2005, p. 19) defendeu a existência de princípios práticos, ou seja, proposições que determinam a vontade, que podem ser subjetivos (máximas), quando a condição só é considerada verdadeira pelo sujeito, ou objetivos (leis práticas), quando a condição é reconhecida como válida para a vontade de todo ser natural.

Para Kant (2005, p. 25), a razão como determinante única da vontade, independentemente das inclinações, é a verdadeira faculdade superior de desejar, de onde defende a necessidade de uma razão pura prática que determina o agir ético.

Desta forma, Kant (2005, p. 28) defende que “um ser racional não deve conceber as suas máximas como leis práticas universais, podendo apenas concebê-las como princípios que determinam o fundamento da vontade”, cabendo ao ser humano admitir que a sua máxima o capacita para uma legislação universal. Daí surge a lei da razão pura prática em Kant (2005, p. 32): “age de tal modo que a máxima de tuavontade possa valer-te sempre como princípio de uma legislação universal”.

Da subdivisão entre o Direito e a Moral, que tomou corpo no Renascimento e se fortificou no Iluminismo e no pensamento de autores que o sucederam, como Del Vecchio, Radbruch e Miguel Reale, destaca-se a visualização da ética sob dois aspectos: um aspecto subjetivo, referente à moral; e um aspecto objetivo, referente à justiça.

Explica Perelman (2000, p. 298-299) que a distinção entre Direito e Moral que prevalece é a de que enquanto o Direito rege um comportamento exterior, a Moral enfatiza a intenção, e por tal motivo esta não está sujeita à coação. Os juristas buscam destacar a importância do elemento Moral no Direito para impedir que prevaleça uma concepção positivista e formalista em sua aplicação.

Destaca-se que o positivismo, que teve seu ponto culminante na “Teoria Pura do Direito”, de Hans Kelsen, surgiu de uma busca por objetividade científica, que afastou a Moral do Direito, de modo a considerar o Direito como norma, de caráter imperativo e coativo, não cabendo em seu âmbito discussões acerca da legitimidade e da justiça. Tais ideias passaram a não ter mais aceitação ao final da Segunda Guerra Mundial (PADILHA; SOARES, 2008, p. 5373-5374).

Neste sentido, explicam Padilha e Soares (2008, p. 5379):

As ondas sociais que se seguiram ao segundo pós-guerra, bem como a perspectiva crítica associada à boa doutrina, deram ao Direito uma dimensão transformadora, trazendo a transposição do positivismo para o pós-positivismo, assim concebido como um ideário difuso, no qual se incluem a definição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da denominada nova hermenêutica constitucional, e a teoria dos Direitos Fundamentais edificada sobre o fundamento da dignidade humana.

Desta forma, falar em justiça implica em falar sobre a ética, já que a primeira deve ser vista como a dimensão essencial da ética dentro do Direito.

Em que pesem as divergências relacionadas à dicotomia Moral e Direito, optou-se por adotar a divisão entre ética subjetiva e ética objetiva, que melhor atende à proposta metodológica adotada.

#### **4. O agir moral no ciberespaço**

Extrai-se uma síntese dos conceitos estudados sob o aspecto da Moral: é ético aquele que age virtuosamente, independente de coação. Além disso, é possível visualizar que a crença na capacidade de autodeterminação do homem prevaleceu no pensamento filosófico, servindo de diretriz para a defesa de um agir racional e virtuoso.

Basicamente, o agir virtuoso pode ser resumido nos seguintes pontos: a) o homem é um ser racional e pode escolher o seu modo de agir; b) em regra, as virtudes são determinadas pelo meio termo e pelo bom senso; c) como ser racional, cabe ao homem voltar-se para sua razão para determinar suas escolhas, devendo sempre buscar não causar prejuízo a outrem e não fazer com ninguém o que não gostaria que lhe fosse feito; d) constituem virtudes a temperança, a

clareza, a capacidade de escolher a melhor forma, a bondade, a liberalidade, a esportividade, a busca pelo aperfeiçoamento, a resistência à busca ilimitada de prazeres, etc.

Sob o aspecto da ética na Internet, deve-se considerar que os valores supramencionados são diretrizes para a atitude dos usuários da rede e neste ponto busca-se demonstrar algumas atitudes pelas quais se visualiza o agir ético no ciberespaço, especialmente no tocante ao conflito liberdade *versus* privacidade e personalidade.

Dentro desta análise, é preciso considerar que o bom senso do usuário é fundamental, devendo este exercer seu direito à liberdade de maneira responsável.

No Brasil, em 2008, 30% dos usuários alegaram que tiveram problemas de segurança com a Internet, sendo que 29% tiveram problemas com vírus ou programas semelhantes, 1% com o uso indevido de informações pessoais, 1% com fraudes (bancárias ou outras espécies de fraudes financeiras) (BRASIL, 2009, p. 246-247).

A atitude de envio de vírus aos usuários da Internet pode ser altamente danosa, porque o computador se torna vulnerável quando o vírus entra em seu sistema, causando danos no aparelho e facilitando o acesso a informações restritas contidas nele. Por tal motivo, há excesso no exercício da liberdade de expressão quando há divulgação de vírus.

Por outro lado, de acordo com a mesma pesquisa, entre as medidas de segurança tomadas pelos usuários da Internet, foram mencionadas por 70%, utilização de antivírus; por 11% utilização de firewall pessoal; por 4%, uso de outros programas de segurança. Todavia, 27% dos usuários não mencionaram nenhuma medida (BRASIL, 2009, p. 250).

Sob um aspecto ativo do exercício da ética, cabe ao usuário tomar providências para que não seja lesado, *v.g.*, instalando antivírus e não deixando páginas logadas.

Outra queixa muito comum entre os usuários na Internet é a do envio de *spam* (mensagens comerciais eletrônicas) sem permissão, causando incômodo, perda de tempo de conexão e, em casos mais graves, perda de dados importantes do *e-mail* ou do computador; conduta que é exemplo de violação à privacidade em sentido estrito.

Existem duas espécies de sistemas para envio de *spam*, chamados *opt-in* e *opt-out*, sendo que para o primeiro é preciso autorização prévia do usuário para que o *spam* seja enviado e para o segundo cabe ao usuário enviar mensagem requerendo que o *spam* não seja mais enviado (FURLANETO NETO; SANTOS, 2004, p. 88).

Furlaneto Neto e Santos (2004, p. 89) destacam que o sistema mais ético, por ser o que menos viola a privacidade do usuário, é o *opt-in*.

Já a violação da intimidade e da vida privada se evidencia basicamente pela quebra de sigilo na troca de e-mails, pela invasão de bancos de dados pessoais e financeiros alheios,

pela divulgação e acesso a dados restritos (pessoais, religiosos, familiares, financeiros).

O usuário ético deve se informar dentro dos limites fornecidos pela rede, evitando buscar mecanismos de quebra da segurança para acessar dados restritos de outras pessoas, sob pena de exercer abusivamente seu direito à liberdade. Por outro lado, a divulgação e o acesso de dados conhecidos pelo público em geral ou até mesmo divulgados por seu titular não ofende a privacidade dos usuários.

Não obstante, cabe ao usuário ético não divulgar imagens e vídeos de outras pessoas que possam constrangê-las (vídeos e imagens íntimos, de acesso claramente restrito ao âmbito pessoal de outrem). Muitas vezes, a divulgação de imagens e vídeos gera ofensa à honra das pessoas que nestes apareçam, cabendo ao usuário ético ter bom senso na divulgação de dados. Em contrapartida, o usuário ético não deve se opor à divulgação de dados que disponibilizou na rede ou que não são ofensivos ou íntimos.

Neste ponto, destaca-se a questão da pedofilia na Internet, constituindo clara violação aos direitos de imagem e à própria honra das crianças com a divulgação e o armazenamento de fotos e vídeos de caráter pornográfico nos quais elas apareçam.

Muito comum é a criação de páginas e comunidades pessoais nas quais seus frequentadores praticam ofensas contra determinada pessoa, acusando-a de crime (calúnia) ou da prática de fato constrangedor (difamação), ou ainda fazendo ofensa pessoal de caráter genérico (injúria), o que visivelmente contraria o agir ético e caracteriza o exercício abusivo do direito à liberdade de expressão.

A utilização de nome ou imagem alheia como próprios também ofende o exercício responsável da liberdade e o direito à personalidade como um todo.

Por outro lado, também pode ser considerado como um modo de agir ético a adoção de uma postura ativa dos usuários do ciberespaço, denunciando atitudes ofensivas e antiéticas de outros usuários pelos mecanismos disponibilizados na Internet. Um exemplo de mecanismo de tal natureza é o da Central de Denúncias de Crimes Virtuais, criado no Brasil pela ONG Safernet (SAFERNET, 2009).

Diversas outras atitudes podem ser apontadas como ofensivas ao direito de privacidade e personalidade na rede, mas, pelos aspectos acima analisados, é possível vislumbrar como o agir ético no ciberespaço é possível e facilmente praticável, cabendo ao usuário ético buscar diretrizes para delimitar o uso da liberdade de maneira responsável.

## **5. A justiça no ciberespaço**

Tanto o direito à liberdade, em todas as suas dimensões, quanto os direitos à privacidade e à personalidade são, acima de tudo, Direitos Humanos e, como tais, são dotados de caráter eterno, universal e imutável.

Extrai-se dos conceitos estudados, principalmente das ideias de Cícero, a crença na existência de uma lei universal e eterna, superior às leis impostas pelo homem. Não prevalece a visão do governante como um ser absoluto na imposição de normas, motivo pelo qual há um distanciamento das ideias de Maquiavel, pelas quais o justo é o que o soberano impõe.

Hodiernamente, é característica de qualquer Estado Democrático de Direito garantir aos seus cidadãos o respeito a direitos mínimos, que devem servir de diretrizes para a imposição de normas constitucionais e infraconstitucionais.

Uma análise do Direito contemporâneo permite visualizar que o conceito de justiça na atualidade deve ser pautado pelo princípio da dignidade da pessoa humana e pelo respeito aos Direitos Humanos.

Quanto ao uso responsável da Internet, comenta Pozzoli (2009): “o uso das novas tecnologias de informação e da Internet precisa ser ponderado e orientado por um compromisso decidido em prol da prática da solidariedade ao serviço do bem comum, tanto dentro das nações como entre elas mesmas”.

Canotilho (1998, p. 359) explica que muitas vezes as expressões Direitos Humanos e Direitos Fundamentais são utilizadas como sinônimos, mas que existe entre elas distinção: enquanto os Direitos Humanos são válidos para todos os povos e em todos os tempos, os Direitos Fundamentais são dotados de limitação de espaço e tempo.

Além disso, os Direitos Humanos se ligam a uma dimensão jusnaturalista e universal, mas os Direitos Fundamentais se relacionam a uma dimensão jurídica institucional. Desta forma, os Direitos Humanos são dotados de caráter inviolável, intemporal e universal; já os Direitos Fundamentais estão vigentes em ordens jurídicas concretas (CANOTILHO, 1998, p. 359).

Por outro lado, os Direitos Humanos irão servir de base para o estabelecimento dos Direitos Fundamentais em ordens jurídicas concretas.

Destaca-se que nos Direitos Humanos e nos Direitos Fundamentais estão as diretrizes gerais para o agir ético no ciberespaço quando se fala no conflito liberdade *versus* privacidade e personalidade, constituindo a dignidade da pessoa humana, no uso da proporcionalidade e da razoabilidade, fundamento básico para a aplicação da justiça no ciberespaço.

No mais, as normas éticas subjetivas devem ser exteriorizadas na aplicação da justiça no ciberespaço, punindo os seus violadores da maneira mais adequada.

Entretanto, Bobbio (2004, p. 38) explica que é consequência natural provocada pelo desenvolvimento social, pela ampliação do conhecimento e pela evolução dos meios de comunicação, a necessidade de tutela estatal em outros conflitos antes não regulamentados, ou seja, a ampliação do rol de Direitos Fundamentais, já que não existem direitos fundamentais por natureza, mas direitos que parecem fundamentais a cada época ou cultura.

Uma análise do contexto atual da Internet demonstra que a sociedade tem passado por adaptações em face das mudanças proporcionadas pela emergência do ciberespaço, como sempre o fez quando do surgimento de novas tecnologias através dos tempos, o que permite acreditar que com o passar dos anos posições mais uniformes e concretas por parte da sociedade e do Estado surgirão, de modo a regulamentar suficientemente os conflitos que se estabelecem na utilização do ciberespaço.

Por outro lado, é preciso considerar que diretrizes mais específicas de aplicação da justiça no ciberespaço são válidas, motivo pelo qual se justifica a criação de um Código de Ética para a Internet que, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos, forneça embasamento para as normas constitucionais e infraconstitucionais dos países signatários.

Nesta seara, analisando o contexto atual da Internet, é possível concluir que algumas das diretrizes básicas para o referido Código de Ética devem envolver o incentivo ao exercício da liberdade responsável, à autorregulamentação, à criação de mecanismos de denúncia na rede e à aplicação de um Direito Penal mínimo informático; além de trazer diretrizes gerais sobre a responsabilidade civil na Internet, principalmente para preservar o caráter democrático do ciberespaço.

## **6. Conclusão**

Frequentemente a sociedade se depara, em casos concretos, com conflitos entre princípios igualmente válidos. No entanto, é errado entender que os conflitos de princípios levam à sua falta de efetividade. Pelo contrário, tais antinomias devem ser guiadas por outros princípios e valores fundamentais. Os valores da ética e da justiça trazem fundamento para a delimitação do agir virtuoso e da aplicação da justiça, tendo em vista que tais princípios devem estar sempre presentes no Direito, bem como no agir humano em sociedade.

A análise da evolução da sociedade demonstra que os valores sofrem constante mutação de modo a tentar acompanhá-la. Diversos exemplos podem ser citados: o voto feminino, o poder familiar, o reconhecimento da união estável como entidade familiar.

Tais situações, que há menos de um século seriam consideradas inconcebíveis, fazem

parte da sociedade pós-moderna e, inclusive, são encaradas com naturalidade.

No tocante à tecnologia, o receio inicial por parte da sociedade em aceitá-la e integrá-la ao seu cotidiano sempre foi constatado. Contudo, a sociedade evolui e adapta seus hábitos às evoluções cada vez com maior naturalidade e desprendimento.

Não obstante, a dimensão da ética sempre esteve presente na sociedade e, como lembra Dupas (2000, p. 90), a sociedade pós-moderna, ao mesmo tempo em que se liberta das amarras dos valores de referência, demanda por novos valores, ou seja, por uma nova busca axiológica; mas para formular uma nova ética é preciso voltar aos primeiros princípios.

Apesar do conceito de ética ter evoluído através dos tempos, conserva uma essência fundamental, ou seja, pontos comuns que podem ter mudado de enfoque, mas sem deixar de visar o objetivo fundamental da ética: a harmonização da sociedade.

Por ser impossível refrear a evolução tecnológica e os consequentes conflitos de seu surgimento, a única alternativa é buscar meios capazes de tornar estável e pacífico o ambiente social após o surgimento de cada nova tecnologia. Entrementes, numa sociedade em constante evolução, o mais coerente é buscar na experiência proporcionada pela história uma resposta viável para solucionar tais conflitos, especialmente os que se dão no uso da Internet, o meio de comunicação mais revolucionário e mutável de todos os tempos.

## 7. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BRASIL. **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. Organização por Anne Joyce Angher. 18. ed. São Paulo: Rideel, 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1998.

CÍCERO, Marco Túlio. **Da República**. Tradução Amador Cisneiros. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

DAOUN, Alexandre Jean; BLUM, Renato M. S. Opice. Cybercrimes. In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto (Coord.). **Direito & Internet: aspectos jurídicos relevantes**. 1. ed. Bauru: Edipro, 2000.

DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação**. São Paulo: UNESP, 2000.

FURLANETO NETO, Mário; SANTOS, José Eduardo Lourenço dos. Mensagem Indesejada: o Poder Legiferante na Contramão da Tecnologia. **Revista Em Tempo**, Marília, v.6, p. 87-89, ago. 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Tradução Paulo Barrera. São Paulo: Ícone, 2005.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: MartinClaret, 2007.

MOTTA, Sylvio; BARCHET, Gustavo. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <[http://www.dudh.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=49&Itemid=59](http://www.dudh.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=49&Itemid=59)>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PADILHA, Norma Sueli; SOARES, Vivian Bacaro Nunes. **A Ponderação como Mecanismo de Convivência das Normas: um Novo Paradigma do Direito Constitucional Brasileiro**. In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Brasília. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 5368- 5383.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PERELMAN, Chaïm. **Ética e Direito**. Tradução Maria Ermantina Galvão. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

POZZOLI, Lafayette. **Justiça Participativa e Cidadania**. Revista Ibero-Americana de Filosofia Política e Filosofia do Direito. Vol. 1, n. 1. Porto Alegre: Instituto Jacques Maritain do Rio Grande do Sul, 2006. p. 93-112.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, José Eduardo Lourenço dos. Breves Considerações sobre a Proteção da Privacidade na Internet: Aspectos Criminais. **Revista Em Tempo**, Marília, v.5, p. 93- 100, ago. 2003.

SAFERNET Brasil (Organização não-governamental). **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.safernet.org.br/site/institucional>>. Acesso em: 19 abr. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.